

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE CABO VERDE, PORTUGAL E A EUROPA, EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

INTERVENÇÃO DO TENENTE-GENERAL GARCIA LEANDRO, DIRECTOR DO INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL DE PORTUGAL

Antes de mais deixai-me dizer que é sempre um prazer e uma satisfação poder voltar à República de Cabo Verde, sendo uma honra ter sido convidado pelo Senhor Coronel Antero Matos, CEMFA/RCV, para tomar parte neste importante colóquio e também co-presidir à sua abertura com o Senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. Armindo Cipriano Maurício.

Espero que a minha intervenção possa ser de utilidade para todos. Gostaria também de transmitir quanto me orgulha como português e como Director do IDN que Auditores do CDN 2002/2003 tenham tomado esta iniciativa organizando-a com sucesso em colaboração com as autoridades cabo-verdianas, tendo contado com um grande apoio do Dr. Onésimo da Silveira, mui ilustre Embaixador da República de Cabo Verde em Lisboa e senhor de grande cultura e visão estratégica.

Parece-me que o Colóquio está bem concebido nos temas que integrou para serem apresentados e debatidos:

- As relações Internacionais
- A Segurança e a Defesa
- A CPLP
- Economia.

Como podemos analisar a situação actual de acordo com o tema geral do Colóquio? A questão geográfica, histórica, económica, linguística, a emigração, as relações da RCV com Portugal e com a Europa deverão ser obrigatoriamente abordadas, só que, actualmente, há um dado novo e de grande importância. Tudo está a mudar no sistema internacional; está a ser desenhada a nova carta do poder mundial e das suas consequentes relações, o que abre novos caminhos que há alguns anos atrás não seriam previsíveis. E esta alteração profunda tem também a ver com a estrutura, organização e objectivos dos Sistemas Colectivos de Segurança e Defesa. E não nos podemos esquecer que sem Segurança não existe desenvolvimento económico, nem estabilidade social.

Numa primeira abordagem pode ser dito que sendo o Arquipélago de Cabo Verde pobre em recursos naturais tem a seu favor alguns factores muito positivos que deverão ser devidamente aproveitados:

- Sistema Democrático consolidado e estabilidade social, sendo uma das democracias mais sólidas de África;
- Um conjunto diversificado de ilhas (10) ocupando um enorme espaço no Atlântico Central, o que se obriga a responsabilidades também pode significar poder e influência nas questões do controlo do espaço marítimo e aéreo;

- Um conjunto territorial que localizado em frente da Costa Ocidental de África é mais Atlântico do que África, não tendo problemas de fronteiras terrestres, embora deva considerar a imigração vinda daquela região;
- Uma população homogénea sob os pontos de vista étnico, linguístico e religioso, não apresentando assim fracturas e estando quase completamente escolarizada;
- Grandes fluxos migratórios para Portugal, França, Holanda e EUA, o que obrigatoriamente torna privilegiadas as relações com estes Países. No caso de Portugal, por razões conhecidas esta relação é mais forte e antiga, e que é potenciada pela língua, pela afectividade e pelos laços económicos existentes;
- Uma relação económica, já euroligada, pois estando a sua moeda indexada ao escudo, está assim também indexada ao Euro, o que facilitará as relações económicas com a União Europeia;
- Sob o ponto de vista de Segurança não existem aparentemente ameaças de outros países à RCV. A sua maior vulnerabilidade vem precisamente do enorme espaço marítimo e aéreo, que está sob a sua soberania e sob o seu controlo.

Na medida em que as ameaças têm estado a alterar-se (muito especialmente depois do 11 SET) hoje no conjunto norte-atlântico e europeu as ameaças deixaram de ser de Estados ou Coligações de Estados contra outras Unidades Políticas semelhantes, mas vêm principalmente das transnacionais do terror e do crime, sem base territorial definida, contra os Estados.

No caso da RCV, a sua maior vulnerabilidade é precisamente o controlo da sua enorme área marítima para evitar que em algumas das suas ilhas se possa instalar uma base de uma dessas organizações transnacionais de terrorismo, o que é muito difícil de assegurar com os meios disponíveis se pensarmos apenas no próprio País.

No caso de Portugal, e de acordo com a sua política tradicional e coerente, é feita a aposta numa integração melhor e mais conseguida em grandes espaços alargados como a União Europeia (política, económica, cultural e de segurança), na NATO (defesa e segurança) e na CPLP (política, histórica, cultural, estratégica e económica).

A década de 90 do século passado, depois da queda do Muro de Berlim (1989), da reunificação da Alemanha (1990) e da implosão da URSS (1991), foi uma década de desregulação do Sistema Internacional (que ainda estamos vivendo) onde aumentaram a nível mundial os conflitos internos, religiosos, étnicos, fronteiriços e, em consequência, o número de Operações de Apoio à Paz da ONU e que culminou com ataque terrorista aos EUA (de 11.9.2001) e já em 2002 e 2003 com o abater do Regime Talibã do Afeganistão e do de Saddam Hussein no Iraque. Neste momento todo o sistema de relações internacionais, também nas suas componentes económicas, de segurança e de defesa, está em revisão e reconstrução. É a altura de poderem ser tomadas novas iniciativas.

Para Portugal, para além dos Grandes Espaços que mencionei também o Mediterrâneo Ocidental e o Atlântico Sul são agora uma prioridade.

Nestes processos de várias mudanças também a NATO se alterou, não só pelo seu alargamento (de 16 para 19 até 27), mas fundamentalmente por que em Abril de 1999 foi aprovado um novo Conceito Estratégico da Aliança em que esta passou de um Sistema de Defesa Colectivo, para um Sistema de Segurança Colectivo, o que significa que anteriormente e durante o período da Guerra Fria, em que a grande ameaça aos países ocidentais vinha da URSS e do Pacto de Varsóvia, a NATO só actuaria militarmente depois de ser atacada.

Com a nova situação mundial, com a desregulação do sistema internacional e com os inúmeros conflitos que foram proliferando nomeadamente no Sudeste Europeu (Balcãs),

no Médio Oriente, Cáucaso, Ásia Central, em África, com o novo Conceito Estratégico da Aliança de 1999 e a sua passagem para um Sistema de Segurança Colectivo, esta assume que de acordo com a perigosidade de conflitos vizinhos ou que afectem os seus interesses em qualquer parte do mundo, pode actuar fora de área e antes de tempo, o que aconteceu no Kosovo em 1999, sendo este processo e a questão de até onde se pode ir neste tipo de intervenções algo que tem sido muito discutido também internamente (o que abriu grandes fissuras devido à intervenção no Iraque).

Entretanto, a ONU tem utilizado a NATO na sua área regional para operações de manutenção e de imposição de paz, para ajudar na reconstrução de alguns Estados, e também nos seus processos de democratização interna, ao mesmo tempo que a Aliança se tem alargado para Leste e agora tem vindo a aumentar as suas relações com o Norte de África e Médio Oriente naquilo a que se tem chamado o Diálogo do Mediterrâneo.

O processo de alargamento e de aprofundamento da UE embora partindo de outros pressupostos e sendo compreensivelmente mais lento é também de expansão procurando alargar a sua área de paz, prosperidade, desenvolvimento económico e estabilidade. Assim desde 1957 a CEE/UE tem passado por vários alargamentos (desde 6 – 9 – 10 – 12 – 15), indo em Maio de 2004 passar para 25, o que sendo quase uma aventura, é um desafio e um sinal (em si próprio) de estabilidade desejada.

A União Europeia que teve desde o seu início essencialmente dois objectivos – o desenvolvimento económico e a paz no continente europeu – tem vindo desde o princípio dos nos 90 a desenvolver a sua valência de integração política e nos últimos anos também a necessidade de desenvolver a sua componente militar.

Em termos da NATO, os países da Europa têm de investir mais, não só para poderem acompanhar os EUA em determinadas operações, como devem realizar transformações que permitam privilegiar o produto operacional final em detrimento da estrutura territorial.

Por outro lado, verifica-se, que mantendo-se a NATO, como a organização primeira em termos de Segurança e Defesa europeia, há por vezes diferenças de pontos de vista entre a Europa e os EUA, havendo também situações no próprio continente europeu em que os EUA não actuarão havendo a necessidade da UE desenvolver e reforçar a sua própria componente militar o que tem vindo a ocorrer desde meados da década anterior.

Este processo, sendo importante e indispensável, é na perspectiva de Portugal muito sensível por que não se deverão duplicar estruturas de defesa (umas para a NATO e outras para a UE), como a UE não deverá querer fazer a sua afirmação em competição militar com os EUA. Em termos gerais dos interesses ocidentais é ainda a Aliança Atlântica que deve ser o grande enquadramento geral.

Assim, quer em termos políticos e económicos, como de segurança e defesa, Portugal é membro activo destes processos, a que junta a sua relação histórica, afectiva, linguística, mas também estratégica com a CPLP que historicamente é uma organização recente. A CPLP se bem compreendida e aproveitada pode ser um grande instrumento estratégico para os seus membros.

A instabilidade política e as dificuldades económico-sociais que têm acompanhado muitos dos países da CPLP têm atrasado a consolidação desta Comunidade, mas o objectivo estratégico deve ser mantido e reforçado, como um modo de potenciar as capacidades de cada um.

Ora, para além da CPLP, quer num caso, quer no outro pode haver também lugar para a RCV (UE-NATO). Em termos estratégicos e económicos a sua relação reforçada com a UE seria de interesse mútuo; no caso da NATO com a grande preocupação que existe pelo controlo do espaço e da navegação marítima no Atlântico, o alargamento que até

agora tem existido apenas para Leste, pode também ocorrer para Sul, o que é facilitado pelo trabalho e responsabilidades importantes que a RCV já detém no controlo do espaço aéreo e marítimo, pela especificidade e importância das suas posições geoestratégicas, pela língua, pela indexação da sua própria moeda e pela sua relação muito forte com Portugal e com os EUA.

Esta minha abordagem é apenas teórica e pessoal resultando de um estudo conceptual do novo desenho da carta das relações mundiais.

O caso da CPLP merece uma atenção especial, por que é do interesse de todos os seus membros consolidar o emprego da língua portuguesa nos diferentes *fora* mundiais e por que se trata de uma organização muito especial que cruza transversalmente os grandes blocos existentes, tais como a UE e a NATO no caso de Portugal, a OEA e o MERCOSUL no caso do Brasil, a União Africana e a CEDEAO no caso da RCV e da Guiné-Bissau, também a União Africana e a SADCC no caso de Angola e Moçambique e ainda o Fórum do Pacífico e a ASEAN no caso de Timor-Leste.

Por outro lado, é de lembrar que nos últimos anos têm ocorrido factos que alteraram profundamente a situação de cada um dos países da CPLP podendo potenciar a sua capacidade individual e conjunta. Assim:

- O Brasil tem vindo a emergir como a grande potência da Ibero-América, prevendo-se que seja um dos grandes poderes do Século XXI, além de que com o actual Governo existe uma compreensão melhor da CPLP e também maior envolvimento nos seus objectivos e trabalhos;
- A Guiné-Bissau continua a apresentar problemas de vária ordem, difíceis de ultrapassar, precisando de apoio externo;
- Em Angola terminou há poucos anos a guerra civil, o que permite com a situação de paz agora existente entrar num novo processo de desenvolvimento e estabilidade num país de enormes recursos naturais;
- Na República de S. Tomé e Príncipe descobriu-se recentemente petróleo o que vai ser o motor de uma enorme alteração na situação política, económica e social daquele país, concedendo-lhe meios que anteriormente faltavam;
- Em Moçambique embora com dificuldades, desde que a paz foi alcançada em 4OUT1992 e que a luta política se realiza agora no quadro das instituições democráticas, que o país tem vindo a recuperar lenta, mas permanentemente, em termos económicos e de estabilidade social;
- Em Timor-Leste, a alteração qualitativa também se deu com o Referendo de 1999 e a Independência desde 2001. Como qualquer país que vem de uma longa ocupação estrangeira e de uma guerra de libertação as dificuldades não estão ultrapassadas. Mas neste caso existe também um sistema democrático implantado e recursos naturais não faltam, nomeadamente o petróleo, o café, a madeira e a pesca;
- Os casos de Portugal e de Cabo Verde serão tratados pelos oradores que se seguirão, mas para além de dificuldades conjunturais são países que contam com uma enorme estabilidade política e social.

É claro que todos sabemos que a CPLP sendo uma organização recente (institucionalizada em JUL1996) e na qual alguns países têm vivido com grandes dificuldades (incluindo guerra) está ainda longe de atingir os objectivos pretendidos e o nível de eficiência que todos desejaríamos. Contudo poder-se-á dizer que nalguns países o pior já passou (como Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste), que o Brasil tem potencialidades que se começam a transformar em poder efectivo. De todos os

países desta Comunidade aquele que ainda não ultrapassou a pior fase é a Guiné-Bissau. Tendo como objectivo melhorar a sua capacidade de intervenção económica foi criado recentemente na CPLP o seu Conselho Empresarial, o que permite coordenar as actividades e intervenções nesta área.

Valerá a pena salientar a importância que a R. P. da China concedeu à CPLP através de Macau, não só desejando manter a comunidade portuguesa e a língua, mas fazendo do território, agora Região Autónoma Especial dentro da grande China, um instrumento para reforço das suas ligações com os Países da Lusofonia.

A importância estratégica da CPLP tornou-se especialmente visível quando a República Popular da China, em fase de grande afirmação, também nos mercados, e querendo entrar nos países de língua portuguesa, resolveu fazê-lo através da CPLP, organizando em Macau, em 12/13OUT p.p., o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com representantes de todos os países e reunindo cerca de 400 empresários, de onde nasceram novas possibilidades de negócios e de penetração. O mesmo já havia sido feito com um encontro das Universidades Lusófonas.

Para terminar esta introdução, que já vai longa e centrando-me na RCV, gostaria de dizer que o mundo actual permite trabalhar em vários tabuleiros.

Se, no caso desta República, as relações africanas são óbvias e de reforçar, se a CPLP deve ser aproveitada, se o carácter atlântico deverá ser salientado e bem explicado, aparecem duas hipóteses de ligação a explorar com a UE e com a Aliança Atlântica (que nada obriga seja apenas do Atlântico Norte).

Gostaria, mais uma vez, de felicitar os organizadores desta iniciativa, esperar que ela seja útil, agradecendo o convite que me foi feito para nela participar e co-presidir a esta Sessão de Abertura.

Por razões de serviço em Portugal não ficarei toda a semana devendo regressar a Lisboa na noite de 4ª feira.

Muito obrigada pela vossa atenção.